



O peso do imperativo de participação¹

Laurent Thévenot

Professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales

Resumo

O imperativo de “fazer parte” tem atualmente uma extensão considerável na promoção de uma democracia participativa que afeta áreas disciplinares diferentes comumente tratados por especialistas diversos em trabalho, organização, ciência política, política urbana, até a arte. Muito além da diversidade de concepções de participação, esta é uma questão fundamental para nossa vida em comum (tanto na harmonia como na discórdia): em quais condições e a qual preço nós podemos fazer parte, exprimindo o que nos importa e o que nos afeta, no movimento das comunidades que nos concernem? Ademais, em que o imperativo de participação se revela como uma carga? A *démarche* gerada na sociologia pragmática permite recolocar o questionamento sobre a participação numa abordagem renovada da política, reconsiderada a partir do caminho a trilhar para tomar parte criticamente na política. Neste artigo, defendo e demonstro que a sociologia dos engajamentos permite abordar essas diversas áreas, invertendo a perspectiva habitualmente adotada sobre a participação a partir do público e de suas virtudes.

Palavras-chave: Imperativo de participação. Sociologia dos engajamentos. Sociologia pragmática.

The burden of imperative of participation

Abstract

The imperative of "being a part" currently has a considerable extension in the promotion of a participatory democracy that affects different disciplinary areas commonly treated by diverse experts in work, organization, political science, urban politics, even art. Beyond the diversity of conceptions of participation, this is a fundamental question for our common life (both in harmony and in discord): under what conditions and at what price can we participate, expressing what we care about and what affects us, in the movement of the communities that concern to us? Moreover, in which imperative of participation reveals itself as a burden? The *démarche* generated in pragmatic sociology makes it possible to reinsert the questioning of participation in a renewed approach to politics, reconsidered from the path chosen to take a critical part in politics. In this article, I argue and demonstrate that the sociology of engagement allows addressing these diverse areas, reversing the commonly adopted perspective on participation from the public and its virtues.

Keywords: Imperative of participation. Sociology of engagements. Pragmatic sociology.

¹ Este texto retoma, com complementos, elementos do prefácio para a obra de Julien Charles **Une participation sans condition?** Une sociologie des épreuves de l'engouement participatif (CHARLES, 2015). Tradução de Maurício Serva.



1. Introdução

O imperativo de “fazer parte” tem atualmente uma extensão considerável na promoção de uma democracia participativa que afeta todas as áreas (BLONDIAUX; FORNIAU, 2011), incluindo até a arte. Nesse aspecto, o Brasil ocupa um espaço de destaque em razão dos orçamentos participativos frequentemente citados em muitos estudos. Na Europa e, em particular, na França, esse imperativo sofreu metamorfoses importantes, assim como os dispositivos de participação, marcando momentos históricos distintos de nossa modernidade: a experiência autogestionária inscrita numa tradição política socialista e anarquista relançada pela crítica de maio de 1968; o movimento consecutivo do capitalismo se apropriando do ideal de participação via um gerencialismo mais eficaz, prolongando os “círculos de controle de qualidade”; a abertura do liberalismo político a um *empowerment* individual que amplia atualmente a palavra de ordem *do it yourself*. Essa enumeração nos mostra espaços de participação provenientes de áreas disciplinares diferentes comumente tratados por especialistas diversos em trabalho, organização, ciência política, política urbana, etc.

A sociologia dos engajamentos (THÉVENOT, 2006, 2016a) permite abordar essas diversas áreas, invertendo a perspectiva habitualmente adotada sobre a participação a partir do público e de suas virtudes². Sem ignorar as vantagens da dimensão pública das quais trata a obra *Les économies de la grandeur* e *De la justification* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1987; 1991), trata-se de abordar a participação numa dimensão abaixo da dimensão pública, tanto pelo seu caráter de prova, como pela carga de exigências que pesa sobre as pessoas desejosas ou convocadas a participar³. Muito além da diversidade de concepções de participação, esta é uma questão fundamental para nossa vida em comum (tanto na harmonia como na discórdia), que é posta. Em quais condições e a qual preço nós podemos fazer parte, exprimindo o que nos

² Ver em português uma introdução e aplicação dessa sociologia na pesquisa comparativa que Fabio Reis Mota realizou no Brasil e na França (MOTA, 2008, 2012, 2014a, 2014b). Para uma introdução em português da obra *De la justification* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2001), ver Boltanski e Thévenot (2009).

³ Vários trabalhos destacam a complexidade de dispositivos participativos ligando um nível formal institucional às relações de proximidade personalizadas. Em sua pesquisa sobre as associações de consumidores de produtos orgânicos (SERVA; ANDION, 2007), Maurício Serva e Carolina Andion se referem a trabalhos similares aos de Jean-Louis Laville sobre as associações e o Terceiro Setor (os autores citam principalmente Laville, Evers, Poujol e Vaillancourt) e se concentram na complexidade da participação associativa em razão das passagens que ela permite entre vários “níveis de sociabilidade”. Eles a veem “marcada pela interação direta e a personalização própria no nível primário” de sociabilidade (família, vizinhança, amigos), e ao mesmo tempo assegurando a passagem “ao nível secundário (institucional)” (SERVA; ANDION, 2007, p. 13). Sua outra pesquisa sobre a certificação participativa de produtos orgânicos trata de um dispositivo participativo que facilita a aproximação e as relações de proximidade entre consumidores e produtores (SERVA; ANDION, 2008).



importa e o que nos afeta, no movimento das comunidades que nos concernem? Para tratar essa questão, eu me basearei em diversas pesquisas com a ajuda de um quadro de análise, principalmente o estudo de Julien Charles (2012a, 2015).

2. O peso do imperativo de participação sobre as maneiras de estar implicado

Em que o imperativo de participação se revela como uma carga? Ainda que simples, essa questão não pode ser tratada como ordinária. Para abordar uma carga incômoda, é necessário inverter a perspectiva correntemente adotada a partir da dimensão pública, sem por isso se obrigar a analisar a insatisfação do “privado”. Esse posicionamento lhe desqualificaria, como foi feito durante longo tempo com o sofrimento no trabalho que afetava as instituições sindicais dedicadas à defesa coletiva dos trabalhadores.

Partindo de uma inversão de perspectiva, a pesquisa de Charles sobre a gestão participativa evidencia o que a torna opressiva. Jean, operário experiente que o autor segue nas suas jornadas de trabalho e que tem a idade de ser seu pai, lhe permite ver alguns ajustamentos familiares com o seu ambiente de trabalho que não são compatíveis com esse estilo de gestão. À despeito da recomendação de segurança para o uso de uma trava no manuseio de um mecanismo, Jean vai mais além e aprende a abrir o mecanismo usando um gancho com uma mão para ficar mais à vontade, e utilizando sua outra mão para se segurar em caso de desequilíbrio. A habilidade confortável que Jean desenvolveu, ele a adquiriu com a familiaridade com seu espaço de trabalho, se afastando das exigências gerenciais e do plano de montagem. Essa hábil maneira de proceder não tem nenhuma chance de ser exposta no participativo “diálogo de performance”, o qual o tornaria sobretudo visível como um erro⁴. Malgrado as melhorias bem tangíveis geradas por uma tal familiaridade, a elegante habilidade nela embutida não poderia ser inscrita no *Continuous Improvement Card* que a gestão participativa visa também a produzir⁵. Destinadas a estabelecer uma espécie de jurisprudência em nível internacional de todas as unidades da multinacional, esses *Cards* fixam os planos práticos de ação melhorando a produtividade. Jean se mantém então em silêncio sobre a sua hábil maneira de proceder e de estar à vontade, bem como sobre outros procedimentos que seriam eliminados caso fossem submetidos ao dispositivo de participação. No ambiente

⁴ Em seu estudo, Thomas Périlleux considera a carga dessa visibilidade (PÉRILLEUX, 2001).

⁵ Se inscrevendo desde os primeiros momentos numa sociologia pragmática da crítica que inspira Charles, Dodier (1995) havia demonstrado como o manejo hábil que os sociólogos do trabalho observaram é valorizado publicamente pela sua virtuosidade, porém fora dos procedimentos da gestão participativa.



barulhento da oficina de montagem, Jean segue apenas de longe os dez minutos matinais do “diálogo de performance” em torno de uma mesa da oficina, onde o supervisor aponta os indicadores do *Performance Board*, critério após critério: *people, quality, velocity and cost*.

O que é desconhecido e rejeitado não provém somente do conforto que o operário obtém com o procedimento — já bem documentado pelos sociólogos e etnógrafos do trabalho. O conforto em questão é um bem-estar característico de certa maneira de se implicar — de se engajar, como se diz atualmente numa perspectiva psicológica — em sua relação com o ambiente por *familiarização* pessoal com ele. Tal implicação benéfica ultrapassa o mundo do trabalho e concerne também o uso de objetos e de lugares familiares, conforme demonstrou Brevigliere (2002, 2004). Nós a identificamos também no caso de Liliane que juntamente com outros habitantes de seu bairro é chamada a debater um projeto de renovação urbana — o “plano comunal de mobilidade” — por meio de relatores para a síntese das propostas elaboradas pelos participantes (CHARLES, 2015). Liliane afronta a animadora do fórum, convidando-a firmemente a dar uma volta no bairro afim de enfrentar as dificuldades para atravessar a ponte do canal, enquanto Régine, outra participante, acrescenta: “você nem poderia atravessar com um carrinho de bebê”. A animadora, entretanto, exclui as questões levantadas pelos habitantes, afirmando que “eu não estou certa de que elas dizem respeito a um plano de mobilidade”. Aqui novamente o bem-estar do que é familiar não é levado em conta pelo dispositivo de participação. Ora, como no caso de Jean, bem-estar e mal-estar da dimensão familiar poderiam oferecer um importante apoio para a formulação de críticas sobre o que se presume ser favorecido pelo dispositivo.

Como apreender as maneiras de se implicar que cada um aprecia, tanto porque elas confortam sua personalidade, como também pelo que contribuem para o fortalecimento das comunidades humanas? As noções de valor, de interesse, de hábito, ou a oposição entre público e privado não dão conta dessa variedade de implicações que são vivenciadas, porém depreciadas nos dispositivos de participação.

Após o gesto fundador de uma *sociologie pragmatique de la critique* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1987, 1991) centrada na dinâmica crítica e justificadora de provas públicas e nos dispositivos materiais envolvidos, a etapa seguinte da *sociologie des engagements* (THÉVENOT 2006, 2016) ampliou a gama dos momentos de prova considerados, daqueles



mais públicos aos mais íntimos⁶. Melhor que ação ou prática, a noção de engajamento permite apreender as diversas maneiras valorizadas de se implicar que sustentam uma coordenação prática consigo mesmo e com os outros, apoiada num ambiente apropriadamente estabelecido para garantir essa coordenação. Os momentos de prova relacionados a esses engajamentos evidenciam a incerteza e a vulnerabilidade de pessoas inquietas e em busca de segurança naquilo que tem à disposição, seja do seu corpo até as instituições.

O engajamento familiar de Jean com o ambiente de trabalho “feito à mão”, onde ele criou suas marcas pessoais, lhe vale uma espécie de confiança que contribui à continuidade de si com relação a um passado conhecido. Tal engajamento não é redutível à categoria de “interesse individual” que economistas, cientistas políticos e sociólogos consideram como categoria explicativa fundamental. O bem-estar em questão é mais que uma “prática” ou que um *habitus* incorporado: ele contribui ao reconhecimento de si, tanto por si mesmo como pelos outros. A noção de reconhecimento, a qual ganhou importância com os estudos de Axel Honneth (2002) em sequência aos estudos pioneiros de Paul Ricœur (2004), ganha aqui uma nova luz⁷. Isso é efetivamente a relação pela qual a pessoa é engajada com seu ambiente material e humano que é a fonte de segurança e de reconhecimento, e não imediatamente uma relação interpessoal de indivíduo a indivíduo em que se concentra comumente a noção de reconhecimento. O engajamento dinâmico constitui assim um dos aspectos integrantes da identidade pessoal. Desconhecido, por vezes impedido, o engajamento prejudicado enfraquece a consistência da pessoa. É aqui que o dispositivo de participação se mostra como prova, exigindo “formatos de participação” que, como demonstrou Audrey Richard-Ferroudji (2011), excluem não diretamente as pessoas, mas a expressão de seus engajamentos.

A pessoa não permanece num estado de uma situação à outra, graças somente a um engajamento familiar. Ela investe em outros engajamentos valorizados por bens menos intimamente pessoais, tais como por concepções do bem comum que correspondem ao uso corrente do termo “engajamento” e que contribuem fortemente à conquista do espaço público da pessoa. A gestão participativa oprime também esses engajamentos públicos por bens comuns de mais alto nível, como por exemplo o bem da “grandeza cívica” de solidariedade

⁶ Essa nova etapa foi introduzida em **L'action qui convient** (THÉVENOT, 1990). Para uma introdução ver Breviglieri e Stavo-Debaugé (1999).

⁷ Para uma confrontação dos dois autores com a ampliação que oferece a sociologia dos engajamentos ver Thévenot (2007).



(BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) que baseia as convenções coletivas e as instituições sindicais. Quando da realização dos “diálogos de performance”, o supervisor exerce sua autoridade realocando um operário num novo posto de trabalho sem se importar com o descontentamento deste último, apenas afirmando grosseira e laconicamente: “não estou nem aí!”. A reação do operário “eu vou me queixar ao sindicato” gera somente a resposta “se você assim o deseja...”; curiosamente, ao encerrar o “diálogo”, o supervisor exclui o nível convencional de engajamento expresso pelo operário com a seguinte frase: “então, vocês tem questões por hoje?” (CHARLES, 2015).

Em lugar de considerar o interesse individual como o motor interno universal da pessoa, ou mesmo de inseri-lo numa relação racional instrumental e utilitária dos recursos da ação, o “engajamento em plano” permite distinguir uma terceira maneira de se implicar portadora de outro tipo de autoconfiança e de responsabilidade do sujeito (PATTARONI, 2007). A capacidade do indivíduo de se projetar no futuro reside também numa organização do seu ambiente. Ela difere do engajamento familiar que supõe o “fazer à mão”, ou ainda da maneira relacionada ao engajamento convencional que requer uma qualificação pública como “grandeza”, notadamente institucional. A forma de implicação do engajamento em plano é funcional; é ela e esse engajamento que são oprimidos no caso de Margot, uma recepcionista de uma clínica autogerida, quando ela é regularmente forçada a participar das reuniões do Conselho de Administração. Essa organização foi estabelecida após 1968 por médicos militantes num bairro de “subproletários”, os quais eram “companheiros” num ideal socialista autogestionário de tradição anarcosindicalista. Esses médicos decidiram viver juntos para superar as chamadas “questões coletivas”, recusando de serem pegos na armadilha de seus encargos profissionais (CHARLES, 2012b). O dispositivo dessa clínica valoriza o engajamento coletivo cívico, assim como o engajamento familiar dos mais velhos que por longo tempo habitaram no local e desenvolvem “lugares comuns” por meio dos quais comunicam entre si no âmbito de uma convivência em que Margot se sente excluída (CHARLES, 2015)⁸. Nas comunidades militantes, o projeto político cívico invade o âmbito familiar causando muito desgaste, como observaram Breviglieri, Pattaroni (2005), e Stavo-Debaugé (2014). Do mesmo modo, o investimento pessoal e a exigência da “reflexão sobre si mesmo” (em público) exercem uma pressão sobre Margot e lhe são insuportáveis. Para ela, a opressão pesa

⁸ Sobre a gramática da harmonia e do conflito, na qual a comunicação praticada na interação passa pela afeição e também por investimentos muito pessoais e emocionais de “lugares comuns”, ver a seguir, e também Thévenot (2014c).



especificamente sobre o engajamento em plano que se desenrola normalmente nas tarefas funcionais e que formaliza um contrato individual de trabalho ao qual Margot gostaria de se ater para reencontrar o gênero de autoconfiança que confere a projeção em tal plano.

3. Da participação em fórum ao caminho a trilhar para tomar parte criticamente na política

Quais ensinamentos obter dessa análise dos mecanismos pelos quais a participação se revela como uma carga? Os dispositivos participativos são irremediavelmente opressores? Ao inverso, se poderia reorganizá-los a fim de acolher todos os engajamentos que favorecem a consistência das personalidades⁹? A *démarche* gerada na sociologia pragmática permite recolocar o questionamento sobre a participação numa abordagem renovada da política, reconsiderada a partir do caminho a trilhar para tomar parte criticamente na política. A ênfase dada correntemente sobre a deliberação e sua extensão para além dos representantes habituais — mesmo os dos chamados fóruns híbridos — falha em não apreender um fazer que não se reduz ao espaço de um fórum. Ressaltando um agir comunicativo, Habermas concebeu a comunicação a partir do intercâmbio discursivo público. No modelo das práticas de crítica e de justificação, segundo um senso do injusto e do injusto referenciado ao bem comum, nós demonstramos os prolongamentos dos desacordos argumentativos nos mundos de objetos e de relações qualificadas pela prova crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). A prova esperada por esse senso do justo não é somente um debate oratório regulado pela retórica ou por normas de comunicação. A prova é também uma coordenação incerta ultrapassando amplamente o campo da linguagem, como testemunharam os trabalhos de campo sobre as formas de trabalhar e produzir que acompanharam a elaboração do quadro teórico (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1989). Do fazer participar, que é frequentemente o único “fazer” que visam os trabalhos sobre a participação, nós devemos deslocar a nossa atenção para outro diferente fazer. Esse fazer que está no coração das pessoas implicadas em seu trabalho, como também nos usos e manejos da vida cotidiana; uma rica concepção da política deveria permitir que tudo isso fosse levado em conta. Esse fazer auspicioso é o de Jean no trabalho, é também o que aporta a autoconfiança da tarefa planejada à qual Margot gostaria de se ater. O fazer se torna infeliz quando é afetado por incapacidades: o trabalhador reduz injustamente ao silêncio sua reivindicação; o embaraço de Liliane e de Régine em se mover com o carrinho no seu bairro; o ciclista desarmado diante de

⁹ Sobre a consistência da personalidade, a qual reside no entrelaçamento de engajamentos diversos e pode ser desfeita por momentos de prova, ver Thévenot (2014b).



sua bicicleta danificada que ele precisa para consertar. É para este último que eu concebi um tipo de dispositivo participativo muito diferente dos precedentes, ilustrado pela *Bicycle Kitchen* californiana que se apresenta como um atelier de aprendizagem para reparação da sua própria bicicleta, organizada numa visão de *empowerment* do indivíduo (CHARLES, 2015). Nesse caso, o fazer e sua coordenação se dá amplamente sem palavras, numa participação sem discurso que Berger (2014) evidenciou os limites. Somente os organizadores produzem entre eles os argumentos que se referem ao bem comum ambiental e que provém de uma “grandeza verde” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993). O debate político se desenrola então num círculo mais restrito, como já havia demonstrado Eliasoph (1998, 2011). O horizonte político se encontra reduzido, ainda que esse dispositivo seja o mais acolhedor ao engajamento familiar dos participantes.

Longe de simplesmente se acumular pela adição e subtração, à maneira do cálculo utilitarista dos prazeres e das penas, a integração política dos bens e males resultantes de engajamentos de diversos níveis supõe transformações a fim de que os bens não se anulem uns aos outros. Impossível integração política sem ordenamento mútuo, condição para levar em conta os bens e os males no desacordo. O ordenamento mútuo requerido para discordar/debater caracteriza a construção política segundo essa sociologia pragmática dos engajamentos.

Diversas gramáticas, do acordo e do desacordo, foram histórica e culturalmente elaboradas, cada uma se distinguindo da outra pela recepção e pela transformação que ela requer dos vários engajamentos que sejam levados em consideração, e então pelo caminho a trilhar para tomar parte criticamente na política. Sua análise comparada permite apreender o que cada uma sacrifica para estabelecer um ordenamento comum. Essa análise favorece também à compreensão dos usos instrumentais dos dispositivos que produzem assimetrias duráveis de poder a partir do domínio desigual das formas de concertação (THÉVENOT, 2014c, 2015a). Assim são evidenciados as políticas dos diversos dispositivos de participação e o tipo de poder abusivo que cada um deles favorece.

Na sua genealogia, o dispositivo participativo é marcado por uma gramática liberal, segundo a qual o acordo e o desacordo são constituídos por indivíduos que participam do público a partir de um ordenamento das escolhas, opiniões e interesses autônomos para o estabelecimento de opções comunicáveis. É isso que cria a imagem de uma política “horizontal”, mesmo que todo ordenamento mútuo seja gerador da verticalidade do poder. Tais dispositivos liberais de participação se desenvolvem atualmente até no nível transnacional por



multi-stakeholders roundtables (CHEYNS, 2011, 2014). O dispositivo dos habitantes do bairro provém desse modelo, e a desqualificação dos testemunhos de Liliane demonstram que o formato do engajamento familiar não responde às exigências de um formato liberal de participação pela expressão da opinião ou de interesses individuais. A gramática das justificações pelo bem comum rege também o dispositivo “cidadão” pela referência ao bem comum de solidariedade cívica e ao de eficácia industrial. A animadora cidadã e os relatores de síntese baseiam sua autoridade nessas duas qualificações para o bem comum que são, entretanto, fontes de assimetrias duráveis em razão de suas posições situadas fora das provas críticas. Quanto ao dispositivo californiano, a origem liberal é ainda visível no objetivo de autonomia individual obtido pelo *empowerment*. Mas a natureza da capacidade de reparação das bicicletas restringe a força da construção política de tal comunidade. No que concerne ao bem comum ambiental, sua evocação é reservada aos animadores que tem o monopólio da qualificação da “grandeza verde”. Do mesmo modo, a essência liberal está presente na gestão participativa e Charles demonstra que os operários mais jovens jogam o jogo da expressão de interesses e opiniões individuais. O dispositivo conta também com as justificações da “grandeza mercantil” e da “grandeza industrial” para fazer valer os bens comuns que a gestão participativa apresenta como guia para uma comunidade de trabalhadores e empresários. Com relação aos resultados obtidos desses dois bens, a evidência das assimetrias duráveis de poder põe em questão a construção de uma comunidade política. Enfim, o dispositivo da clínica reside amplamente numa justificação em nome do bem comum da solidariedade cívica. As desigualdades persistentes relativas ao manejo das formas de ordenamento mútuo cívico, assim como o pano de fundo da competência dos médicos, limitam, entretanto, a abertura crítica da prova cívica. Além disso, a extensão desse horizonte cívico à vida cotidiana e até ao engajamento familiar, insuportável para Margot, revela outra construção: uma gramática de afinidades pessoais em “lugares comuns”, dos quais ela se sente excluída.

4. Considerações finais

Sem desprezar o reconhecimento do bem cívico, nem as concepções plurais do bem comum na política, a sociologia dos engajamentos permite redirecionar a atenção para a prática do fazer, estendendo a consideração desse fazer aos engajamentos empreendidos num nível abaixo da dimensão pública com seus momentos de prova que abalam a personalidade e revelam sua vulnerabilidade (THÉVENOT, 2014b).



A satisfação experimentada em participar e os bons resultados políticos que disso dependem, também tem seu peso: a preparação das pessoas, das coisas e dos lugares que requer uma transformação dos engajamentos, bem como o sacrifício dos engajamentos que o dispositivo de participação não consegue acolher. Uma vez esclarecidas, essas exigências nos tornam mais lúcidos, atentos e vigilantes com as diversas formas que podem tomar esses dispositivos com relação à emancipação desejada: encontrar sua parte na parte dos outros.

Referências

BERGER, Mathieu. La participation sans le discours. **EspacesTemps.net**, 2014. Disponível em: <<https://www.espacestems.net/articles/la-participation-sans-le-discours/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BLONDIAUX, Loïc; FORNIAU, Jean-Michel. Un bilan des recherches sur la participation du public en démocratie: beaucoup de bruit pour rien? **Participations**, vol. 1, n° 1, p. 8-35, 2011.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. A sociologia da capacidade crítica. **Revista Antropolítica**, Niterói, n° 29, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **Les économies de la grandeur**. Paris: Presses Universitaires de France et Centre d'Etude de l'Emploi, 1987.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent (Orgs.). **Justesse et justice dans le travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

BREVIGLIERI, Marc. Habiter l'espace de travail: Perspectives sur la routine. **Histoire & Société - Revue européenne d'histoire sociale**, n° 9, p. 18-29, 2004.

BREVIGLIERI, Marc. L'horizon du ne plus habiter et l'absence du maintien de soi en public. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH. Isaac (Org.). **L'héritage du pragmatisme**: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. La Tour d'Aigues: Ed. de l'Aube, 2002, p.319-336.

BREVIGLIERI, Marc; PATTARONI, Luca. Le souci de propriété: Vie privée et déclin du militantisme dans un squat genevois. In: BERNARD, Haumont; ALAIN, Morel (Org.). **La société des voisins**. Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme, 2005, p. 275-289.

BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE, Joan. Le geste pragmatique de la sociologie française: Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. **Antropolítica** n° 7, p.7-22, 1999.

CHARLES, Julien. Les charges de la participation. **SociologieS**, 2012a. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/sociologies/4151>>. Acesso em 30 mai 2018.

CHARLES, Julien. Inégalités d'accès et d'adhésion au passé dans une maison médicale autogérée. **Revue de l'Institut de Sociologie**, p. 55-71, 2012b.



CHARLES, Julien. **Une participation sans condition?** Une sociologie des épreuves de l'engouement participatif. Paris: Desclée de Brouwer. 2015.

CHEYNS, Emmanuelle. Making "minority voices" heard in transnational roundtables: The role of local NGOs in reintroducing justice and attachments. **Agriculture and Human Values**, vol 31, n°3, p. 439-453, 2014.

CHEYNS, Emmanuelle. Multi-stakeholder initiatives for sustainable agriculture: limits of the 'Inclusiveness' paradigm. In: PONTE, Stefano; GIBBON, Peter; VESTERGAARD, Jakob (Org.). **Governing through Standards: Origins, Drivers and Limitations**. London: Palgrave, 2011. p. 210-235.

DODIER, Nicolas. **Les hommes et les machines: La conscience collective dans les sociétés contemporaines**. Paris: Métailié, 1995.

ELLIASOPH, Nina. **Making Volunteers: Civic Life after Welfare's End**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ELLIASOPH, Nina. **Avoiding politics: How Americans produce apathy in everyday life**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1998.

HONNETH, Axel. **La lutte pour la reconnaissance**. Tradução do alemão: Pierre Rusch. Paris: Editions du Cerf, 2002 [1992].

LAFAYE, Claudette; THEVÉNOT, Laurent. Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, vol.34, n°4, p.495-524, 1993.

LAVILLE, Jean-Louis; EVERS, Adalbert; VAILLANCOURT, Yves, et al. Association et société. In: LAVILLE, Jean-Louis; SAINSAULIEU, Renaud (Orgs.). **Sociologie de l'association: des organisations à l'épreuve du changement social**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.

MOTA, Fabio Reis. Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, pp. 107-127, 2009.

MOTA, Fabio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014a.

MOTA, Fabio Reis. Os limites da "identidade": uma etnografia das demandas de reconhecimento na França e no Brasil. In: OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de; WERNECK, Alexandre (Org.). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014b, p. 220-240.

MOTA, Fabio Reis. Regimes de envolvimento e formas de reconhecimento no Brasil e na França. **Antropolítica**, 32, p. 129-148, 2012.

MOTA, Fabio Reis. Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot. **Antropolítica**, 28, 2008.



PATTRONI, Luca. Le sujet en l'individu: La promesse d'autonomie du travail social au risque d'une colonisation par le proche. In: CANTELLI, Fabrizio; GERNAD, Jean-Louis Genard (Orgs.). **Action publique et subjectivité**. Paris: L.G.D.J, 2007, p. 203-218.

PÉRILLEUX, Thomas. **Les tensions de la flexibilité**. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

RICHARD-FERROUNDJI, Audrey. Limites du modèle délibératif: composer avec différents formats de participation. **Politix**, 24(96), p.161-181, 2011.

RICOEUR, Paul. **Parcours de la reconnaissance**: Trois études. Paris: Stock, 2004.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. El papel de los consumidores en el fortalecimiento de la economía plural: el caso de las asociaciones de consumidores de productos orgánicos en el sur de Brasil. **Cayapa - Revista Venezolana de Economía Social**, p. 5-36, 2007.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. Inovação e autonomia social numa rede de produção agroecológica: uma análise da certificação participativa na Rede Ecovida. In: CRUZ, June; MARTINS, Tomás; AUGUSTO, Paulo (Orgs.). **Redes sociais e organizacionais em administração**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 43-68.

STAVO-DEBAUGE, Joan. L'idéal participatif ébranlé par l'accueil de l'étranger. L'hospitalité et l'appartenance en tension dans une communauté militante. **Participations**, vol. 9, n° 2, p. 37-70, 2014.

STAVO-DEBAUGE, Joan. L'indifférence du passant qui se meut, les ancrages du résident qui s'émeut. In: CEFAÏ, Daniel; PASQUIER, Dominique Pasquier (Org.). **Les sens du public**: Publics politiques, publics médiatiques. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 347-371.

THÉVENOT, Laurent. **La acción en plural**: Una introducción a la sociología pragmática. Tradução: Gabriel Nardacchione. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

THÉVENOT, Laurent. Making commonality in the plural, on the basis of binding engagements. In: DUMOUCHEL, Paul; GOTOH, Reiko (Org.). **Social Bonds as Freedom**: Revising the Dichotomy of the Universal and the Particular. New York: Berghahn, 2015a, p. 82-108.

THÉVENOT, Laurent. Autorités à l'épreuve de la critique: Jusqu'aux oppressions du "gouvernement par l'objectif". In: FRÈRE, Bruno (Org.). **Le tournant de la théorie critique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2015b, p. 269-293.

THÉVENOT, Laurent. Engaging in the politics of participative art in practice. In: ZEMBYLAS, Tasos (Org.). **Artistic Practices**. London: Routledge, 2014a, p. 132-150.

THÉVENOT, Laurent. Une vie éprouvée: Entre migration postcoloniale, discrimination à l'embauche, maternité affectée et adoption salvatrice: quelle 'identité forgée'? In: VRANCKEN, D. (Org.). **Penser l'incertain**. Québec: Presses de l'Université de Laval, 2014b, p. 139-160.

THÉVENOT, Laurent. Voicing concern and difference. From public spaces to common-places.



European Journal of Cultural and Political Sociology, vol. 1, n° 1, p. 7-34, 2014c.

THÉVENOT, Laurent. Reconnaissances : avec Paul Ricœur et Axel Honneth. In: CAILLÉ, Alain (Org.). **La quête de reconnaissance**: Regards sociologiques, Paris: La Découverte, 2007, p. 269-283.

THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement**, Paris, La Découverte. Tradução: Gabriel Nardacchione. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.

THÉVENOT, Laurent. L'action qui convient. In: PHARO, Patrick; QUÉRÉ, Louis (Orgs.). **Les formes de l'action**: Sémantique et sociologie. Paris: Editions de l'EHESS, 1990.

